

O PROBLEMA DE COHEN NOS ATOS DE FALA E A QUESTÃO DO COMPROMETIMENTO COM O DISCURSO

THE COHEN'S PROBLEM IN THE SPEECH ACTS AND THE ISSUE OF THE COMMITMENT WITH THE UTTERANCE

Euclides Barbosa Ramos de Souza¹

Resumo

No contexto da conversação ordinária, não é raro encontrarmos ambiguidades e mal-entendidos, intencionais ou não, que comprometem tanto a compreensão do que é dito quanto a cooperação racional em prol de uma troca de informações produtiva. Especificamente no âmbito da teoria dos atos de fala, desenvolvida por J. L. Austin, que compreende que os proferimentos como atos não apenas descrevem, mas também produzem fatos, evidencia-se o chamado “Problema de Cohen”. Esse problema permite que se diga algo sem necessariamente assumir compromisso com o conteúdo enunciado, possibilitando desde a formulação de enunciados cômicos (como as piadas) até a geração de impasses sérios, com repercussões de ordem moral – como promessas insinceras ou declarações falsas — e jurídica, como falso testemunho, falsidade ideológica, estelionato. Trata-se, portanto, de um mecanismo que viabiliza a apropriação inconsciente de falácias, cuja configuração só se torna plenamente inteligível à luz desse Problema. O presente artigo propõe, ainda, uma solução inspirada nos argumentos de B. Russell, especialmente aqueles expostos em *Da Denotação*.

Palavras-chave: performativo; comprometimento; conteúdo; paradoxo; falácia.

Abstract

In the context of ordinary conversation, it is not uncommon to encounter ambiguities and misunderstandings — whether intentional or not — that undermine both the comprehension of what is said and the rational cooperation necessary for a productive exchange of information. Specifically within the framework of Speech Act Theory, as developed by J. L. Austin — which holds that utterances not only describe facts but also produce them — the so-called “*Cohen's Problem*” becomes evident. This problem allows speakers to say something without necessarily committing themselves to the content of the utterance, enabling the production of utterances ranging from humorous statements (such as jokes) to serious impasses with moral implications — such as insincere promises or false declarations — and legal consequences, including perjury, ideological falsehood, and fraud. It is, therefore, a mechanism that facilitates the unconscious appropriation of fallacies, whose structure becomes fully intelligible only in light of this problem. This article further proposes a solution inspired by the arguments of Bertrand Russell, particularly those developed in *On Denoting*.

Keywords: performative; commitment; content; paradox; fallacy.

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Email: kidinho_dc@hotmail.com

Introdução

Podemos ver, em várias situações do cotidiano, seja em casos reais ou mesmo em amostras fictícias como em filmes ou novelas de TV, que as pessoas constantemente se aproveitam de falácias ou imprecisões da linguagem para obter vantagens sociais (usando mentiras e calúnias para ascender em cargos empresariais), morais (faltando com a palavra e enganando em relações pessoais), financeiras (roubo através de falsa identidade ou omissão) e jurídicas (ao testemunhar em juízo sem intenção de ser fiel aos fatos). Segundo Thomas Hobbes, em sua obra *Leviatã* (1983), o homem esbanja atitudes de egoísmo e competitividade, priorizando sempre sua própria sobrevivência e bem-estar, não medindo esforços para encontrar meios de “lucrar” em qualquer situação, principalmente quando sua vida está em risco. Portanto, atitudes como essas permeiam a natureza humana, manifestando-se desde a Antiguidade até os dias atuais. A linguagem, uma das mais distintivas características que nos diferenciam dos demais animais, tem sido um dos meios mais eficazes de expressar tal tendência.

Por falácia, entende-se um tipo de discurso que omite e distorce deliberadamente a verdade dos fatos e/ou a validade dos argumentos a favor de um único objetivo: ter razão. Karl Otto Erdman diz na introdução que fez para o livro de Arthur Schopenhauer, *38 estratégias para vencer qualquer debate* (2014), lançado originalmente em 1831, que “É chocante ver com que frequência ter razão e ficar com a razão não são equivalentes; que o vencedor de uma discussão não é o que está do lado da verdade” (Schopenhauer, 2014, p. 2). É inclusive “mais humano” e melhor vencer uma discussão com base no intelecto e não na violência, deixando apenas para os mais brutos e aparentemente destituídos de raciocínio a investida física, tornando-o literalmente ainda mais impróprio de ter razão.

Trataremos agora de um tipo de falácia muito pouco falada ou, pelo menos, provavelmente não filosoficamente *fundamentada*, como se pretende fazer aqui, que joga com o suposto comprometimento que o falante deve ter ao proferir determinados enunciados. A noção de Atos de Fala desenvolvida pelo filósofo inglês John Langshaw Austin (1911-1960) na sua obra *Quando dizer é fazer* (1990) lançada originalmente em 1955 será a base desse estudo. L. Jonathan Cohen (1923-2006), ao criticar Austin com seu artigo *Do Illocutionary Forces Exist?* (1964), inspira William Lycan (2008) a perceber um problema que este chamou de *Problema de Cohen* (PC), o qual revela as origens desse tipo de falácia que será a pauta deste artigo. Será apresentada, também, uma *possível solução* com base em argumentos ontológico-metafísicos (os quais também podem ser considerados linguísticos) apresentados na obra *Da*

Denotação (1905) de Bertrand Russell (1872-1970), a fim de tornar claro em que se baseia tal falácia e como pode ser percebida e evitada.

1 - A Força Illocucionária

Inspirado por Ludwig Wittgenstein (1889-1951), principalmente através de sua obra *Investigações Filosóficas* (1999), publicada após sua morte em 1953, John Langshaw Austin, no seu *Quando dizer é fazer* (*How to do things with words*, 1962), introduziu o conceito de *Atos de Fala*, os quais, ao contrário do que comumente se pensava até então, consistiam em enunciados linguísticos que não apenas descreviam a realidade ou os eventos ao redor do falante, mas que, ao serem proferidos, realizavam uma ação no mundo, de modo que tais ações não poderiam ocorrer senão por meio desses próprios enunciados. Esses tipos de enunciados ocorrem, por exemplo, quando um bebê é batizado por uma autoridade clerical reconhecida; um presidente declara guerra a outro país; um magnata inaugura um parque temático ou mesmo quando alguém resolve doar um objeto ou fazer uma promessa a outra pessoa. Segundo Austin, proferir palavras desse tipo, nas circunstâncias apropriadas especificadas acima, “não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo”. (Austin, 1990, p. 24). Essa nova concepção, à qual deu o nome de performativo (do inglês *to perform*), que é o contrário do que ele chamou de constatativo (visão anterior da linguagem, a que constata, descreve, etc.) abalou as estruturas do que se conhecia sobre a linguagem. “Ao isolar o problema do performativo, Austin abandonou teses muito caras à filosofia de sua época, tais como a vericondicionalidade como critério de análise dos enunciados” (Silva; Veras, 2016, VI).

A propósito, o constatativo, tal como significa seu nome, tem como função constatar, descrever e relatar o que “ocorre” (na concepção ordinária do termo). Isto é, são enunciados que, a depender do estado de coisas ao qual se refere, pode ser classificado como verdadeiro ou falso (seguindo o que diz Aristóteles na fundamentação da Lógica, sem uma terceira opção). Com a noção de performativo, criou-se uma ideia contrária à possibilidade de dar um valor de verdade aos enunciados, podendo-se agora falar em condições de felicidade. Se olharmos atentamente um ato performativo, por exemplo, uma previsão, poderemos perceber que mesmo que alguém que o tenha feito erre acerca do fato que viria a se suceder segundo o que ele disse, não podemos negar que a previsão fora feita.

Ora, isso quer dizer que, nesse caso, não parece adequado julgar o que foi dito como uma falsidade, porque alguém precisava ter proferido primeiro e ter dado realidade à previsão como um fato no mundo, cuja origem só pode ter sido essa, para ser avaliada de alguma forma.

Ou seja, a fala já precisava ser verdadeira para que pudéssemos falar algo acerca dela (do seu conteúdo). Portanto, o que passa a importar a partir daí não é se a fala ocorreu ou não, mas quais foram as consequências de sua manifestação no mundo. Nesta situação, dizemos que a previsão foi infeliz, falha, improdutiva, vã, mas nunca falsa.

A noção de felicidade é de suma importância porque é ela que dá “vida” ao performativo e justifica sua criação. É curioso pensar em alguns casos de infelicidade que inviabilizariam o funcionamento de muitas situações banais do cotidiano. Por exemplo, seria infeliz avisar numa placa, posta numa rodovia da cidade do Recife/PE, quantos quilômetros faltam para chegar em Tóquio, no Japão. O que dizer também dos avisos extremamente rápidos das propagandas televisivas que são quase impossíveis de entender, apenas porque os donos das marcas querem economizar em tempo de transmissão (já que pagam pelo intervalo)? De que adiantaria prometer a alguém que o próximo ano que virá terá doze meses (algo que já está convencionalizado) ou que ele morra se o que está sendo prometido não for cumprido (não se está pondo garantia alguma de comprometimento)? Com isso, elucidamos que tais atitudes linguísticas do dia-a-dia, que nos parecem dadas, na verdade podem assumir facetas estranhas que, se aparentemente não ocorrem de forma exagerada e didática como exposto acima, o fazem de forma ardilosa e furtiva, de modo que muitas vezes infelicidades patentes se configuram *sem que percebamos*. É necessário focar nesse conceito, porque é a partir dele que o PC, o qual veremos mais à frente, permite o descomprometimento do falante com o conteúdo enunciado.

O performativo, segundo Austin, é dividido em três etapas. 1. O ato *Locucionário* trata da própria emissão da mensagem, independentemente de como é feita, seja por voz, escrita, imagens, gestos ou mesmo por expressões faciais. 2. O ato *Ilocucionário* é a parte mais importante, como diz o autor, pois é o que caracteriza precisamente a função do ato de fala. Corresponde ao que o falante *se propôs a realizar* quando disse o que disse. 3. Por último, em contraste à parte dois, temos o ato *Perlocucionário*, que conclui o performativo, trazendo à tona a reação efetiva do ouvinte após o ato Ilocucionário, isto é, realiza no mundo um evento cuja composição dependerá de uma série de fatores que influenciam a conversação. Por exemplo (os números indicam as etapas do performativo): se ao tentar (2) elogiar alguém cuja massa corpórea esteja acima do indicado pela medicina eu diga (1) “Uau! Você é grande!”, é possível que o ouvinte, talvez por *já ter recebido vários deboches* acerca de sua condição, receba o (2) ato de fala (o elogio) de modo inverso, ou seja, que o trate como uma (3) ofensa. Deve-se perceber que a parte em itálico acima indica uma circunstância que permitiu que o ato perlocucionário tenha divergido do ilocucionário. Cohen (1964) afirma:

Em diferentes circunstâncias, proferimentos com o mesmo significado podem ter uma vastidão de diferentes efeitos nos seus ouvintes de modo que é obviamente errado identificar qualquer parte do significado de um proferimento com o seu verdadeiro efeito nos seus ouvintes. Obviamente, a mesma informação sobre a alta no preço do gado alegra tanto os fazendeiros quanto causa angústia nos açougueiros. (Cohen, 1964, p. 120, tradução nossa²).

Assim, ouvindo a mesma informação sobre o aumento do preço do gado, os fazendeiros lucrarão mais ao vendê-los. Mas os açougueiros, que vão comprá-los, passarão a ter uma renda menor, se dependerem apenas disso. Uma consequência interessante dos atos perlocucionários mostra que não faz sentido dizer que “eu convenço você de...” ou “eu assusto você”, uma vez que são efeitos que não procedem apenas do que eu pretendi, mas do que o outro *acabou* decidindo ou sentindo. Ou seja, é o momento do performativo em que é necessário um trabalho de mão dupla para, enfim, concluí-lo e decidirmos acerca de sua felicidade.

O caso é que, a depender do que se quer realizar com um ato de fala, diferentes forças ilocucionárias podem assumir um papel no proferimento, as quais vão caracterizar e corresponder à intenção do falante. Fatores como tom de voz, cadência e duração da emissão das palavras, assim como o modo como uma mensagem foi escrita num papel, se aparentemente às pressas ou em letras capitais, ou mesmo as expressões faciais da fala por voz ou por linguagem de sinais influenciam a deixar clara a força ilocucionária que se pretende.

Com essa noção, poderemos agora prosseguir para o que Cohen disse a respeito da teoria de Austin e o problema que Lycan irá perceber após esse feito.

2 - Ociosidade do conceito de ilocução?

Em 1964, L. Jonathan Cohen escreveu um artigo cujo nome pergunta: *Do Illocutionary Forces Exist?* (As forças ilocucionárias existem?). Nele, o autor afirma que o conceito de força ilocucionária, cunhado por Austin, não é mais do que assumir o próprio significado que as frases *já tinham* antes de sua teoria. A seguir, seus argumentos serão enumerados para uso posterior:

(1) Ele afirma que o problema no tratamento de Austin está no fato deste não ter definido bem que tipo de concepção estava usando para o termo “significado”, pois, apesar de Austin ter dito que tal termo se fundamenta numa junção de um “sentido” e uma “referência”, certamente não diz respeito ao que Gottlob Frege (1848-1925) disse no seu *Sentido e Referência* (1892),

² In different circumstances utterances with the same meaning can have such vastly different effects on their hearers that it is obviously wrong to identify any part of the meaning of an utterance with its actual effect on its hearers. Obviously the same piece of information about a rise in fat stock prices may cheer farmers quite as much as it distresses butchers. (COHEN, 1964, p. 120)

uma vez que este define a referência de uma declaração com base no seu valor de *verdade*³. Isso porque a *realização* dos atos de fala se destacam justamente por terem apenas valor de felicidade e não de verdade, tal como uma ordem, uma pergunta, uma ofensa, um mau agouro, uma nomeação, uma confissão etc. Isto é, só posteriormente o conteúdo proposicional, e o valor verdade, seria relevante.

(2) Cohen, mencionando Frege, diz que quando orações subordinadas vêm após uma conjunção integrante do tipo “que” ou “se” e precedidas de termos como “eu comando” ou “eu pergunto”, a referência principal é direcionada para tais termos. Se, numa situação de guerra, um comandante fala “recuar!”, em vez de “eu ordeno que recuem!”, usando o *performativo explícito* (ordeno), segundo essa perspectiva, a suposta força ilocucionária se perderia no *significado literal* do performativo. Austin, porém, afirma que toda elocução possui um ato locucionário e um ilocucionário (além do perlocucionário, que se mostra irrelevante para esta análise, uma vez que depende da efetividade do ato ilocucionário), mesmo neste último caso. Se ele defende que todo enunciado, além do significado, possui a força ilocucionária (dando uma função a essa nova noção), e esta reside tanto no performativo sozinho como na frase sem ele, onde estaria então o próprio significado do que se disse que *deve* diferenciar-se do ato ilocucionário?

(3) Cohen então afirma que é tentador para a defesa de Austin afirmar que o significado está no que resta, ou seja, na oração subordinada. Cohen afirma:

O significado estaria então na frase “seu palheiro está pegando fogo”, quando o proferimento na íntegra era “eu te aviso que seu palheiro está pegando fogo”, ou na frase “vá para Londres” quando a frase na íntegra era “eu te ordeno que vá para Londres”. Seria plausível afirmar que esses proferimentos têm precisamente o mesmo significado e força ilocucionária tal como suas respectivas orações subordinadas poderiam ter tido se proferidas sozinhas e sem o benefício de um prefácio performativo (Cohen, 1964, p. 121, tradução nossa)⁴.

A única diferença entre as frases do primeiro tipo para as frases do segundo é que umas não têm o performativo (avisar) explícito e as outras sim, respectivamente. Mas, é fácil ver que

³ A sentença “Ulisses, profundamente adormecido, foi desembarcado em Ítaca” tem, obviamente, um sentido. Mas, assim como é duvidoso que o nome “Ulisses”, que aí ocorre, tenha uma referência (...) é certo que se alguém tomasse seriamente essa sentença como verdadeira ou falsa, também atribuiria ao nome “Ulisses” uma referência e não somente um sentido; pois é da referência deste nome que o predicado é afirmado ou negado. (Frege, 1978, p. 137)

⁴ The meaning would then lie in the clause 'your haystack is on fire', when the whole utterance was 'I warn you that your haystack is on fire', or in the clause 'go to London' when the whole utterance was 'I order you to go to London'. It would then be plausible to claim that these utterances have precisely the same meaning and illocutionary force as their respective subordinate clauses might have had if uttered alone and without the benefit of performative. (Cohen, 1964, p. 121)

a adição de tais prefácios pode alterar o significado total do proferimento quando associados às orações subordinadas. Ou seja, a questão ainda seria sobre o significado e não sobre uma tal força ilocucionária.

Sob uma perspectiva semântica, dizer que “prevejo que vai chover” traz bem menos apelo aos fatos que “aviso que vai chover”, considerando que alguém só usaria essa segunda se tivesse *plena certeza* disso (por exemplo, já tendo sentido alguns pingos), enquanto que o primeiro o fez por puro *palpite* (ou mesmo com base na previsão científica do tempo, que pode falhar).

Sob uma perspectiva pragmática, escolher o performativo “eu juro” no lugar de “eu afirmo”, antes da frase “que ouvirei sua música”, se for proferido sob certas nuances comunicativas e se for a intenção do falante ser irônico, traz consigo uma carga significativa muito maior para esse fim, pois, usar o juramento, o qual supostamente traria maior credibilidade e comprometimento, foi sinal de que ele muito provavelmente, na verdade, não ouvirá a música.

Em casos ainda mais complexos, mesclando esses dois âmbitos, a influência de um *longo prefácio* performativo pode ser ainda mais decisiva, até mesmo para a própria indecisão do significado total da frase. Quando alguém diz “em nome de Deus e pela confiança que tenho na medicina, a vocês doutores, eu imploro que salvem minha filha!”. O ato de implorar está, agora, *dependente* de noções religiosas e científicas, as quais precisam ser esclarecidas, antes mesmo de podermos *entender* (o significado) exatamente o performativo (“eu imploro”).

Outra coisa estranha que ocorre é que, se Austin disse que toda elocução tem sempre um significado e um ato ilocucionário, distintos um do outro, um verbo performativo, usado sozinho, já teria o significado total de uma frase que, se explicitada, em nada o alteraria. “Eu protesto!” durante alguma proibição que o falante recebeu, faria com que a continuação “contra essa proibição” não tivesse significado ou, pelo menos, não no momento desta situação. Alegadamente, Austin entraria em contradição quando disse que todo enunciado tem que ter significado e força ilocucionária. Atenção a este último trecho de (3), pois ele será a base do problema principal que analisaremos.

(4) Com isso, ele quer dizer que a força ilocucionária é um conceito ocioso, uma vez que ela, se existisse, já seria parte crucial e precedente do próprio ato de significar, o qual resumiria e englobaria tudo. Portanto, não haveria razões para se criar um termo cuja função já encontramos em outro⁵.

⁵ Fim do argumento de Cohen.

Analisando esses argumentos, porém, podemos dizer que Cohen comete uma falácia quando, no seu exemplo, diz que em “eu te aviso que seu palheiro está pegando fogo” encontramos em seu significado a ideia de “aviso” e que “é dificilmente irracional supor que o aviso é também parte do significado da primeira, ainda que de forma implícita”⁶ (Cohen, 1964, p. 123, tradução nossa), se referindo à sentença sem o performativo explícito “seu palheiro está pegando fogo”. De fato, só é dificilmente irracional porque há a força ilocucionária. Caso contrário, ele teria dado uma razão nova para afirmar que essa transferência de significado de uma para a outra é razoável, plausível, racional, como afirma ser uma atitude natural de qualquer um, além de simplesmente já pressupor o que significa “significar”, quando entender e diferenciá-lo da força ilocucionária é justamente seu intuito.

Quando Cohen aponta que o prefácio performativo pode alterar o significado total do que foi dito, na verdade está corroborando com Austin, cujos esforços foram precisamente mostrar através dos conceitos de ato de fala e da ilocução que eles importam para o entendimento dos enunciados. Quanto ao fato estranho mencionado acima (no fim do argumento 3), é óbvio que a frase supostamente sem significado só foi substituída (como se valesse nada) porque o contexto (os fatos circundantes, inclusive, envolvendo outras forças ilocucionárias), que é parte integrante e fundamental da força ilocucionária, auxiliou no ato de protestar.

O que Austin faz com sua contribuição na teoria dos Atos de Fala é *revelar* justamente várias noções ocultas que passavam despercebida na pressa e na dinâmica da conversação ordinária. A exigência que Cohen levanta contra Austin pode inclusive ser generalizada a outras teorias e poderia ser caracterizada como um meio de *inviabilizar* a própria investigação filosófica como um todo, uma vez que esta tem como função, basicamente, revelar e/ou analisar muitos aspectos tidos como “óbvios”. A infelicidade da crítica é patente quando ele mesmo cai em uma falácia da indução à certa pressuposição (Schopenhauer, 2014, p. 27)⁷. O próprio Cohen (Cohen 1964, p. 123) reconhece que a criação de performativos explícitos é só um traço da *evolução da linguagem*, o que Austin defende ser uma espécie de *resumo adaptativo* da força ilocucionária, o que seria uma evidência para a existência do termo. Em outras palavras, Austin

⁶ “it is hardly unreasonable to suppose that the warning is also part of the former utterance’s meaning, though inexplicitly so”. (p. 123)

⁷ Neste outro trabalho, SOUZA (2022, p. 4) sistematiza as falácias de Schopenhauer e classifica a falácia 6 dentro de uma falácia do tipo *lógico*, e exemplifica: “(6) Pressuposição: Fazer o oponente pressupor conceitos que não queria. Exemplo: “Ora, se todos os presidiários são pobres e os moradores de periferia são pobres, é natural admitir que todos os nossos criminosos são oriundos de lá”, ainda que nem todos os presidiários sejam pobres e que nem todo pobre está preso, mesmo sendo isso um senso comum”.

apenas *expandiu*, revelando em detalhes, o conceito geral de significado, o que *inclui* (e não se distingue *incompativelmente* da) a força ilocucionária. Além disso, como Cohen mesmo diz no seu artigo, a intenção de Austin era “distinguir entre a clarificação do significado e a clarificação da força ilocucionária. Precisão é o objetivo da primeira, explicitude o da segunda”⁸ (Cohen, 1964, p. 124, tradução nossa), o que parece uma diferença bastante útil, relevante e eficaz.

3 - O Problema de Cohen e a falta de comprometimento

Supondo que a crítica de Cohen seja então improcedente, em virtude do exposto acima, William Lycan no seu *Philosophy Of Language* (Filosofia da Linguagem) (2008), aborda esta discussão e concorda com Austin. Sobre (3), ele diz que “O que se torna tentador neste ponto, ao invés, é recuar e admitir que os conteúdos locucionários das frases incluem seus prefácios performativos” (Lycan, 2008, p. 176). Apesar disso, o autor, ao analisar os argumentos de Cohen, percebe e formaliza um problema que nem ele mesmo viu.

Já que não é possível retirar a influência do prefácio performativo e, portanto, de sua força ilocucionária do *significado geral* do enunciado, um curioso impasse surge. Suponha o exemplo: um homem diz “declaro que já trabalhei nesta empresa”. O ouvinte, se realmente se interessa pelo assunto, irá procurar evidências minimamente racionais e práticas para *acreditar* no que o homem disse (geralmente as procurando de forma intuitiva e cooperativa na própria conversa). O caso é que, em uma análise rigorosa da linguagem, se valendo do que Austin definiu como performativo em sua teoria de Atos de Fala, essa frase deverá ser espontânea e instantaneamente *verdadeira, independentemente* do fato do homem ter ou não trabalhado na empresa em questão (isto é, uma constatação desse fato)! Isso ocorre porque, tal como disse Frege em (2), o prefácio performativo subordina o restante da frase, de modo que o significado geral fica *à mercê* dele e seus efeitos, ou seja, que o significado geral, neste caso, reside em apenas uma coisa: que uma declaração foi feita. Segundo Lycan, se essas noções estiverem realmente corretas, frases como essas são:

Simples e automaticamente verdadeiras sempre que são proferidas e não se violam as regras constitutivas relevantes. Nenhuma acusação de perjúrio poderia ser bem-sucedida, se a testemunha tivesse o cuidado de testemunhar apenas com performativas explícitas (...) nem sequer se implicariam suas orações complementares (porque se pode afirmar, reportar (...) coisas que não são⁹ como as descrevemos). A minha elocução (...) não me comprometeria semanticamente com a afirmação. (Lycan, 2008, p. 176).

⁸ Austin seeks to distinguish between the clarification of meaning and the clarification of illocutionary force. Precision is the objective of the former, explicitness of the latter.

⁹ Ou seja, há uma pressuposição de uma realidade *objetiva*, uma perspectiva *realista*, que pode ser *checada*. O problema seria decidir que perspectiva a checaria (e se ela não comete enganos).

Gerando então o que ele chamou de *Problema de Cohen*. Trata-se da falta de comprometimento que o falante pode assumir, se abusar da *prioridade* semântica derivada da análise sintática (digamos, do significado da regra gramatical, revelado por Frege em (2)) do performativo explícito que o seu proferimento manifesta. Nos termos de Austin, a frase inteira teria apenas valores de *felicidade* e não de *verdade* (pode-se dizer que a verificação da verdade não está em questão, uma vez que o ato de fala é *necessariamente* um fato no mundo quando proferido. Ou seja, *automaticamente* verdadeiro. Então, *tanto faz* o que foi dito!). Poderíamos classificar isso como sendo a fundamentação *sintática* do PC. Percebe-se que isso pode ser útil tanto em situações em que o discurso é destrinchado minuciosamente, durante um processo judicial, como em situações do cotidiano, ainda que neste último caso esse problema se tornaria bem mais improvável de ser percebido, uma vez que os participantes normalmente não permanecem em alerta contra falácias o tempo todo e esperam *colaboração* de suas contrapartes conversacionais.

A propósito, se esse problema ainda parece absurdo e pouco aplicável na *prática*, devemos investigar por que, apesar do exposto acima, isso faz sentido em uma perspectiva *linguisticamente rigorosa*, pois não nos parece plausível que alguém que diga “declaro (algo)”, “prometo (algo)”, “ordeno (algo), de fato não se comprometa com o que diz nessa lacuna do “algo”. Afinal, o que força o ouvinte a *necessariamente* se importar com o que foi dito após (ou relacionado a) um ato puramente performativo, o qual possui *apenas* valor de felicidade e não de verdade (se é que daria mesmo para separá-los um do outro)? Para isso, precisamos estar cientes de uma noção importante no estudo da Pragmática Linguística, a qual está intimamente ligada a crítica (1) de Cohen acima.

H. Paul Grice (1913-1988) em seu artigo *Logic and Conversation* (Lógica e Conversação) (1975) apresenta sua *Teoria das Implicaturas Conversacionais* e, para tal, argumenta a favor de um *Princípio Cooperativo* (Levinson, 2007, p. 126) que é formado com a soma de *quatro máximas* básicas que devem estar presentes em toda conversação na qual se espera um rendimento racional e produtivo. As máximas são: de *qualidade*, a qual instrui que devemos sempre falar a verdade ou coisas para as quais temos evidências suficientes; de *quantidade*, cuja função é controlar a demanda de conteúdo envolvida para que nem se estenda ou se encurte demais nas palavras; de *relevância*, responsável por guiar o bom senso à situação, procurando manter os enunciados dos falantes sempre pertinentes ao assunto em questão; e, por último, a de *modo*, que, independentemente do que esteja sendo dito, a forma com a qual se fala

deve ser levada em consideração, sugerindo a ordem e brevidade, assim como também aconselhando a evitar a ambiguidade e obscuridade.

Considerando esses conceitos e voltando ao exemplo anterior supramencionado, “declaro que já trabalhei nesta empresa”, é fácil perceber que se espera de alguém, em uma conversação ordinária, que, primeiro, ele esteja falando a *verdade*¹⁰, isto é, que ele realmente tenha trabalhado em tal empresa (qualidade); segundo, que sua declaração tenha a ver com o tema da conversa atual (relevância); terceiro, que ele não fale mais ou menos do que deveria e, já que ele fez questão de usar um prefácio performativo “declaro”, o ouvinte poderia supor alguma ênfase (quantidade); e por último, que sua declaração não seja opaca a ponto de se esconder em uma propriedade sintática a qual revela a prioridade significativa do performativo utilizado em relação ao restante da proferimento (modo).

Segundo Grice, tudo isso ocorre intuitivamente em uma fração de segundos e vai se tornando cada vez mais natural à medida que, por diversas razões, se espera confiança e contribuição da contraparte conversacional. Podemos concluir que é graças a esse princípio cooperativo, o qual, certamente, se trata apenas de uma convenção contingente que reflete algum tipo de racionalidade e pode ser, como costuma ser, facilmente violado, que de alguma forma atribuímos ao falante uma ação que não está informada de modo algum no seu discurso, isto é, que ele *se compromete* com o que diz. Poderíamos classificar isso como sendo a fundamentação *pragmática* do PC.

Aliás, seria até indecível afirmar que há esse comprometimento, mesmo se ele dissesse “comprometo-me com o que vou dizer agora: que já trabalhei nesta empresa”, uma vez que, embora o próprio performativo o obrigasse a se comprometer com algo, neste caso, com o que vai dizer naquele momento, *no máximo* se comprometeria com “o que vou dizer agora” apenas, já que o sinal de dois pontos (:) é apenas uma forma de declarar algo, o que geraria o performativo de *declaração* (“eu declaro que...”) e nos faria cair novamente no problema original. E, mesmo que fosse possível incluir a frase inteira, tanto a força ilocucionária do performativo quanto sua contribuição ao significado geral da frase (que de fato o comprometeria com o dito a seguir), isto é, seu caráter de valor de felicidade (do ato de se comprometer) em atrito com o caráter de valor verdade (que o estado de coisas do mundo revela alguém que se comprometeu com o que disse), *se anulariam entre si*, pois são contrários entre si, e teríamos uma *contradição*, em que o enunciado nem é um performativo e nem é um constatativo (ou são os dois *ao mesmo tempo!*), se tratando de um proferimento, denotado desta

¹⁰ Realista ou idealista? Será que a “verdade” do mundo não depende, a princípio, de atos ilocucionários que declare o estado de coisas como verdadeiro? Um grande impasse!

maneira, *sem referência* no mundo. Em contraste com o que Frege disse em (2), poderíamos classificar essa contradição como a fundamentação *semântica* do PC. Ou seja, o PC seria o nome para esse paradoxo que acaba surgindo na prática conversacional.

A questão que resta agora é: teria esse impasse uma solução? Como seria isso um paradoxo, se, de uma forma ou de outra, proferimentos problemáticos como esses surgem e se manifestam de forma real no mundo e falamos sobre eles? Dessa forma, inspirando-nos em outros estudos da linguagem, podemos observar na obra *Da Denotação* (1905), de Bertrand Russell, que, por meio de uma técnica por ele desenvolvida, a qual demonstra que predicções a denotações sem referência não constituem paradoxos, mas falsidades, ele trata de uma dificuldade exatamente igual ao PC.

Resumidamente, ambos possuem a mesma forma lógica no sentido de tentar predicar objetos não existentes, sem referência possível, uma vez que se tratam de contradições. Falar que atualmente reina um rei na França (quando na verdade não reina) e ainda dizer que ele é careca (predicado) possui o mesmo problema de falar que um performativo (possuindo propriedades contrárias de um constativo) foi, como no exemplo dado acima, uma atitude de má fé do falante (predicado). Se pudermos mostrar que o “performativo-constativo” é na verdade uma falsidade e não um paradoxo, o falante finalmente terá de se comprometer com o que disse e não mais deixar a situação indecível, isto é, deixar a cargo do ouvinte o ônus de assumir ou não o princípio cooperativo proposto por Grice, mas que na verdade está enrustado em nós por uma inclinação racional.

Vejamos então se a solução inspirada em Russell ao problema que chamamos de *Inexistentes Aparentes* se encaixa no PC, a fim de sanar esse impasse ardiloso capaz de gerar muita confusão com as ambiguidades ou mesmo deixar impune crimes contra a sociedade.

4 - Uma solução inspirada em B. Russell ao Problema de Cohen

Para o sucesso dessa solução, é muito importante frisar como Austin e Russell reconhecem que a linguagem não é única e meramente uma descrição do mundo, mas possui uma independência existencial própria. Para o primeiro, que a proposição também configura um fato inédito no mundo cuja origem não seria outra senão o próprio ato de ser proferida, desprendendo-se da obrigação de qualificar ou relatar o mundo. Para o segundo, que a proposição possui seu próprio *status* ontológico realista, concepção que o desprende do idealismo e de que ela precisaria de algo no mundo para basear sua concepção e existência. Silva (2008) expõe essa visão que Russell traz no seu *The Principles of Mathematics* (1903):

Há no mundo uma pluralidade infinita de objetos mutuamente independentes e exteriores ao pensamento (...) irreduzíveis a meros adjetivos dos objetos relacionados ou do todo composto por eles. Neste sentido, Russell adota uma concepção de verdade tanto ontológica quanto semântica e linguística, entendida como atributo de certas proposições, expressas por sentenças, e caracterizadas como objetos reais possuindo propriedades reais. Russell adotou ainda a tese de Moore de que proposições são entidades objetivas, independentes de qualquer mente que possa concebê-las. (Silva, 2008, p. 14)

Em *Da Denotação*, Russell mantém ainda essas mesmas concepções ontológicas e será com base nelas que a solução ao PC poderá se configurar. Segundo Lycan (2008, p. 17), Russell defende que toda expressão denotativa do tipo “o F é G” é, na verdade, uma omissão de um conjunto de três proposições quantificacionais genéricas (isto é, que não seleciona nenhum indivíduo em particular) que seriam: 1. Há pelo menos um x que é F; 2. Há no máximo um x que é F; 3. O que quer que seja F é G. Assim, se pelo menos uma delas for falsa, quer dizer que a frase inteira que as omite é falsa. Deste modo, quando se diz, nos dias de hoje, que “o rei da França é careca”, aparentemente teríamos um paradoxo, pois está-se predicando um termo denotativo que não tem referência no mundo (o rei da França). Como podemos falar de algo que não existe? Seria este o Paradoxo do Inexistente Aparente. Entretanto, se aplicarmos o que Russell defende, teríamos que: 1. Há pelo menos um rei da França; 2. Há no máximo um rei da França; 3. Quem quer que seja o rei da França é careca. Mas está claro que 1 é falsa, o que quer dizer que a frase inteira, “o rei da França é careca”, é falsa e não paradoxal.

Mas e se no lugar dessa frase escolhermos um performativo-constatativo que dá origem ao PC e tentar predicá-lo? Por exemplo, uma ordem de uma *suposta autoridade* que não deixou claro, *propositadamente*, as condições de verdade (*evidências* de sua autoridade) as quais, por sua vez, *fundamentariam* as condições de felicidade do que disse, gerando um performativo-constatativo (um ato de fala que carece de evidência de sua própria condição de felicidade e, portanto, de sua existência, tal como foi definido por Austin. Seria, pois, um *absurdo* na definição, que um performativo dependesse de constatativos). A ordem seria, por exemplo: “eu ordeno que se retire!”¹¹. Suponhamos um predicado sobre ela: “a ordem foi dura”. Seria isso também um paradoxo, como a frase “o rei da França é careca”, proferida atualmente, pois predicamos uma denotação sem referência no mundo, isto é, um performativo (a ordem) que

¹¹ Percebamos algo crucial: enquanto o performativo explícito “declaro que...” entra em contradição com o caráter constatativo da asserção de que o mundo é tal como o falante declarou, mesmo sem termos checado se ele poderia declarar isso com base em alguma autoridade, uma ordem entra em contradição com o caráter constatativo da asserção do fato de o mundo ter revelado alguém que a cumpriu ou não, mesmo não tendo checado, mais uma vez, se o falante teria tal autoridade. Isto é, está contida (segundo a cooperação de Grice), na ordem, uma declaração *anterior* de que o falante poderia dar uma ordem, pelo simples fato de tê-la proferido. Isto é, supõe-se que ele não teria dado a ordem *se não tivesse sido declarado* capaz. Enfim, é a força declaratória que está, *em geral*, por trás do PC.

sequer foi infeliz, mas é inexistente, pois lhe foram atribuídas propriedades contraditórias entre si, como fizemos ao dizer que atualmente reina um rei na França, quando, na verdade, não? De modo semelhante, vamos aplicar o que Russell disse acima: 1. Há pelo menos uma ordem; 2. Há no máximo uma ordem; 3. O que quer que seja essa ordem, ela foi dura. Mas, está claro que 1 é falsa, o que quer dizer que a frase inteira, “a ordem foi dura”, é falsa, e não paradoxal.

Essa seria, então, a proposta para sanar o PC. Provavelmente não é o único método¹², mas parece bastante plausível considerar que o PC se fundamenta em um problema ontológico/metafísico, no que concerne à alteração da *definição ortodoxa* de performativo apresentada por Austin, quando inserimos características, não apenas diferentes, mas contrárias, à sua composição. Estaríamos alterando o próprio *ser* do objeto linguístico, o qual chamamos de performativo e, ao tentar predicá-lo, teríamos o PC, que assume a mesma forma lógica do Problema dos Inexistentes Aparentes: existe um x que é um performativo-constatativo (ou que é rei e não é rei) e possui o predicado P qualquer (nestes exemplos, que “é careca” e “foi dura”). Mostrando que se trata de uma falsidade possível à compreensão humana e não um paradoxo, o falante não pode escapar de ter seu performativo comprometido com o que disse em seguida, como se espera de uma interação racional e cooperativa de conversação.

5 - Casos concretos

É conveniente, portanto, mostrar como esse Problema de fato existe em meio a diversos contextos conversacionais e que se esconde por trás de nossas pressuposições de cooperação, permitindo, assim, o seu uso, tanto para fins amistosos, tais como em piadas ou enunciados de cunho humorístico, como também para aplicar a má fé em falácias que podem gerar consequências gravíssimas ao bem-estar mental/afetivo e à estabilidade jurídica de seus participantes. Nos exemplos que serão apresentados, talvez nem sempre esteja explícito um performativo, fato no qual reside a exigência para a concretização do PC, mas isso não quer dizer que o performativo não exista. É só uma questão de os reescrever. Porém, prefere-se o

¹² Souza (2021) propôs uma solução com teorias mais modernas, propostas por John Searle e Daniel Vanderveken, as quais não são necessariamente mais conclusivas que a proposta deste artigo. Na nova perspectiva, cria-se a ideia de *condições de realização* e *condições de satisfação* para os atos ilocucionários, o que poria em cheque o caráter “automaticamente verdadeiro” dos performativos, pelo simples fato de terem sido proferidos, independentemente do que é dito a seguir (e, por isso, a falta de comprometimento). Isso porque, para realizar uma declaração, o falante precisaria ter certas *condições preparatórias* que definem sua autoridade de *alterar* o mundo tal como foi dito em sua declaração. Porém, isso nada resolve o problema exposto aqui: ainda teríamos o fato de que atos ilocucionários, que *agem* no mundo, precisariam, de antemão, de um mundo *prévio* (onde já *checamos* atuações de *outros* atos ilocucionários *usando* ainda outros atos ilocucionários) para lhes dar condições de ação, o que revela um ciclo vicioso.

modo como se encontram para que se alcance a naturalidade própria da conversação ordinária e se evidencie a concretude desse impasse filosófico.

Primeiramente, devemos nos lembrar porque um ato de fala é, diferentemente da concepção anterior da função da linguagem, uma ação e não uma descrição. Nos atos tradicionais, como sentar, andar, comer etc., ninguém alguma vez deixou de duvidar que eles realmente provocariam no mundo o efeito que o autor da ação pretendia. Claro que se espera que, na maioria dos casos, tal efeito seja alcançado, mas sempre há a possibilidade de não acontecer. Por exemplo, se me proponho a caminhar, não necessariamente sairei do lugar onde comecei a ação, pois, afinal, posso fazê-lo em cima de uma esteira ergométrica. Normalmente, se perguntaria: você caminhou? Por onde passou? Como estava o clima? Quando, na verdade, nada disso é *obrigatório* e *simultâneo* ao ato de caminhar. Ou seja, quem pratica a ação de caminhar não se compromete com nenhuma dessas expectativas, ainda que possam ser efetivas de forma *contingente*. Posso comer e não saciar minha fome; bater um prego, mas entortá-lo; sentar ou deitar sem obter o descanso etc. Então, se ao realizar uma ação tradicional eu não posso garantir que o efeito esperado se concretize, por que seria diferente com os atos de fala, se estes pertencem ao mesmo grupo que aqueles (o das ações)? Enquanto que, para os primeiros, temos algumas crenças tendenciosas que devam fazer parte dos fenômenos adjacentes a eles (como os efeitos esperados em quem caminha, por exemplo), os últimos possuem as crenças regidas pelo princípio cooperativo proposto por Grice. Portanto, não nos restam mais dúvidas de que o comprometimento com o discurso não é obrigatório e uma análise sintática dos proferimentos, em vez de semântica, finalmente nos revela porque alguns tipos de falácias são possíveis e furtivamente nos penetram sem que as percebamos. Seguem alguns casos em que o PC toma a frente.

5.1 - No Humor

Em um programa humorístico, temos uma situação em que dois reféns estão com as mãos e pés atados, aguardando a explosão de uma bomba-relógio. Tendo o tempo da bomba alcançado uma marca muito próxima do fim, um deles muito triste diz: “gostaria de poder comemorar meu aniversário em fevereiro”. O outro, desesperado com a eminência da morte e temente a perder o único raio de esperança de vida, retruca: “calma, ainda não acabou! Por que você não vai comemorar?” Então, o primeiro completa: “É porque nasci em setembro”. Percebe-se que o ouvinte desse diálogo espera que os participantes da conversa assumam as máximas de Grice, isto é, que eles se atenham à verdade (qualidade) e não falem mais informação do que devem (quantidade). Neste caso, nem o desejo foi legítimo, pois quem

nasceu em setembro só pode desejar fazer aniversário em setembro e nem a especificação de um mês diferente do mês de aniversário se mostrou uma informação digna de esforço do primeiro falante (podemos incluir também a violação da máxima de relevância). Inclusive, tal esforço reforçaria o comprometimento dele ao que disse, pois, por que ele falaria se não fosse importante? O que temos revelado, porém, é que aquele falante tem o “direito” sintático de, ao fazer um desejo de forma explícita, que não tenha feito *mais do que* um desejo. Ele pode simplesmente desejar o que quiser e, por mais absurdo que seja, nada o que falar a seguir anulará o fato de que ele realizou um desejo e estabeleceu esse fato no mundo através de sua fala.

A propósito, neste mesmo exemplo acima, foi mencionado um fato curioso. Foi dito que os reféns estavam “aguardando a explosão de uma bomba-relógio”. Pelo menos, na maioria dos casos, ninguém aguarda, no sentido de ansiar ou desejar, a própria morte. Desse modo, é muito mais comum o uso do verbo “aguardar” em casos em que seja *conveniente* a concretização do que se espera (caso contrário, por que ficar pensando na coisa e esperando por ela?). Porém, a função do verbo é *corretamente* aplicada a ambos os casos. Quem, portanto, diria que os reféns queriam se comprometer com a explosão da bomba como se lhes fosse interessante que isso acontecesse (“Eu aguardo que a bomba exploda perto de mim”)? Mesmo assim, isso não muda o fato de que eles, querendo ou não, estavam no aguardo do fim de suas vidas. Este é, então, um claro exemplo de que o comprometimento está intimamente ligado a convenções de uso (pragmáticas) e não de definição (semântica ou sintática).

Uma situação semelhante é ilustrada quando temos dois homens que se encontram depois de um tempo, sendo um cego, e o não cego diz: “Estava me perguntado quando iríamos nos ver de novo”. O outro, então, responde: “eu também” (fazendo referência ao ato de ver e não de reencontrá-lo). Ora, por que nós, ouvintes, não procuramos comprometer o homem cego com o que disse? Apenas porque sabemos que é algo impossível? (como o é, estritamente, comemorar o aniversário fora da data certa). A piada, então, se revela quando nos frustramos ao perceber que, de fato, ele apenas se perguntou, como fez o outro homem, e nada mais (isto é, apenas o ato de se perguntar, cogitar, prever, ou qualquer outro performativo com tal força ilocucionária).

Outro exemplo humorístico se apresenta quando alguém diz que “desejo que eu vá a Dubai, como no ano passado”. O ouvinte, então, pergunta se essa pessoa foi mesmo a Dubai no ano passado, até que finalmente a primeira diz que apenas deseja ir a Dubai como também desejou o mesmo no ano passado. A primeira objeção quanto à falta de comprometimento do primeiro falante com o que disse após o “desejo” pode ser feita em relação à omissão do verbo, que poderia ter aparecido em “como desejei no ano passado”, o que tornou seu proferimento

ambíguo sem a necessidade de um PC. Mas, é precisamente devido à máxima de quantidade que o ouvinte supõe da contraparte que, se o falante omitiu, é porque a especificação do verbo seria supérflua (se ele omitiu, é porque ele foi, embora não custe perguntar, para obter mais detalhes da viagem, por exemplo). Isso já eliminaria a possibilidade de ambiguidade, restando apenas comprometer o falante a pelo menos ter desejado voltar a Dubai. Percebe-se, porém, que o falante também não precisa estar comprometido com tal desejo, principalmente porque ele simplesmente *pode não ter ido* a Dubai no ano passado, embora tenha *parecido* que disse que foi. Como foi cuidadoso o suficiente para contar com a expectativa do ouvinte em relação à máxima de quantidade, pôde deixar explícito que o que fez não passou de um desejo, independentemente do que disse em seguida, e que a frustração é culpa do ouvinte, por não ter esperado por algo que não era obrigatório.

A graça dessa piada não está apenas no fato de que se pode desejar sem que o dito após o performativo esteja de fato comprometido ao falante, mas também pelo fato da omissão do verbo ter dado outro sentido à frase, o que fez o ouvinte comprometer o falante ao que, inclusive, sequer estava em pauta, isto é, que o falante de fato foi a Dubai, quando o máximo de comprometimento que poderia estabelecer seria o *desejo do desejo*, caso que também não é possível devido à ambiguidade promovida pela análise sintática da frase, pois tanto faz o que disse após o primeiro “desejo”, restando apenas o fato de que ele apenas realizou um desejo e que toda a expectativa semântica e pragmática do ouvinte foi frustrada, revelando a incongruência da piada (cf. Schopenhauer, 2005, p. 109). O ouvinte achou que o falante foi pra Dubai, porque não supôs que ele estava meramente desejando um desejo (e não veria razões para comprometê-lo a tal, pois é uma ação inútil ao contexto e vai contra a máxima de relevância) e, se isso (o verbo “desejei”) estivesse explícito na segunda vez que deveria ser usado, o ouvinte entenderia imediatamente que ele não foi pra Dubai e não o comprometeria com o fato de ter ido a Dubai. O piadista queria exatamente isso dele, tornando a piada ainda mais engraçada do que seria se o contrassenso residisse apenas na estranheza de se desejar um desejo.

A piada só foi possível, primeiro, porque o ouvinte compromete o falante com o que diz após o performativo (o que já se mostra “paradoxal” devido ao PC), e, segundo, porque só o fez graças à ambiguidade presente e achou plausível admitir um sentido em vez de outro, devido ao princípio cooperativo, e o compromete com um sentido que o falante não quis dar (embora tenha tornado ambíguo de propósito, pois, caso contrário, o ouvinte não se incomodaria em comprometê-lo com o desejo do desejo), o qual, a propósito, não tem sentido algum na prática (desejar um desejo ao invés de desejar o seu conteúdo), restando apenas o fato de que fez um

desejo vazio (configurando a manifestação do PC). A piada ocorre exatamente porque o ouvinte tende a comprometer o falante com aquilo que é dito — mesmo quando há o uso de performativos explícitos — e a buscar sempre o sentido mais produtivo para a conversação. Assim, trata-se de um deboche direcionado a essa tendência de comprometer o falante com o conteúdo enunciado, nesses casos específicos. O ouvinte se sente ridículo por haver comprometido o falante com o simples ato de desejar um desejo, e a plateia ri de sua atitude irracional¹³.

5.2 Na moral

No âmbito moral, podemos falar sobre uma situação de mal-entendido que pode acarretar em sérias consequências acerca do certo ou errado em relação a atitudes banais do dia a dia. Suponha um rapaz em uma rede social fazendo a seguinte postagem: “sentirei saudades dessa vida”, como uma legenda de uma foto dele comendo chocolate. Seus amigos e familiares prontamente começam a lhe mandar mensagens e lhe fazer ligações, pois temiam que essa fora uma nota de despedida (seria essa a força ilocucionária de “sentirei saudades”) e que o rapaz tinha pretensões suicidas. Após atender ao contato deles, o rapaz deixa claro que não se tratava disso, mas apenas uma declaração de como ele gosta de viver (inclusive, vemos mais uma vez a importância da força ilocucionária e como ela faz parte do significado geral). Esse rapaz será, então, julgado como um autor de uma atitude *imoral*, pois seus interlocutores considerarão que ele brincou com seus sentimentos. Porém, o que vemos é que foram eles próprios que comprometeram o performativo “despeço-me” ou “prevejo” (se a frase for simplesmente reescrita de acordo com as supostas forças ilocucionárias que lhe atribuíram) com o resto do enunciado, como se ele tivesse dito “despeço-me dessa vida agora!” ou “prevejo o fim da minha vida em breve”, respectivamente. Além de se enganarem com a intenção do falante, por essa mesma razão, se sentiram incumbidos a comprometê-lo com o resto do que disse (por causa do princípio cooperativo), pois se tratava de uma situação de perigo emergente (caso contrário, não se incomodariam em comprometê-lo com o que quer que tivesse dito, desde que não fosse tão grave, e encarariam a legenda da foto como uma declaração qualquer). Percebemos, então, o quanto a vontade de comprometer o falante com o que disse varia de acordo com a importância do que se está dizendo (relativa à subjetividade), de modo que, para quem tal proferimento for irrelevante, o falante não terá feito mais do que apenas o ato de fala em questão.

¹³ Para entender melhor como as piadas ocorrem por meio de violações das máximas de Grice, conferir Souza (2019), *A Filosofia por trás da piada*.

Imagine-se uma criança que não seja da realeza ou algo do tipo, dando uma ordem a um adulto. Esse adulto, por mais que não encontre razões para atendê-la, não pode negar que ela deu uma ordem mesmo assim. O mesmo efeito temos em relação aos que chamam de “loucos”, quando um deles diz “Eu sou (declaro-me) o Chapolin Colorado”. Os psiquiatras, por mais que enxerguem que sua declaração não condiz com o estado de coisas do mundo atual, não negam que a declaração ocorreu (que ele tem o direito e capacidade de fazê-la), mas não procuram comprometê-lo, porque ele é simplesmente um louco e *diz o que quer*. A questão que fica é: quem é realmente louco, com base em quais critérios verificacionais? Isso abre espaço para que qualquer um diga o que quiser, em última análise, e as pessoas realmente se aproveitam disso. Mais uma vez fica claro como a análise sintática do enunciado, livre dos significados lexicais e convencionais guiados pelo princípio cooperativo, revela como a função das palavras na frase, de fato, é levada em consideração na prática conversacional e ora se mostra banal, como nesse exemplo da criança, ora digno de desespero, podendo assustar pessoas que se preocupam conosco.

5.3 No jurídico

Sobre questões jurídicas, podemos considerar o exemplo de alguém que, ao tentar pregar uma peça, finge ser um policial e profere uma ordem publicamente a um transeunte qualquer. Após ver que este acatou a ordem, o primeiro, então, debocha dele, tentando fazê-lo se sentir envergonhando por ter atendido a uma solicitação de uma pessoa sem autoridade para exigí-la. A vítima, então, resolve processá-lo por danos morais. Vamos supor que a ordem tenha sido: “eu ordeno que você levante as mãos. Polícia!” Na hora do julgamento, um bom advogado pode defender o falso policial afirmando que ele não fez mais do que apenas proferir uma ordem e que cabe ao ouvinte a culpa de ter atendido sem ter razões suficientes para tal. Ele até poderia ser falacioso a ponto de generalizar que a vítima, desse modo, processaria a todos que simplesmente lhe dessem uma ordem sem autoridade para isso. O caso é que a vítima apenas usou do bom senso pregado pelo princípio cooperativo segundo o qual, através da máxima de qualidade e relevância, ninguém se diria ser policial se realmente não o fosse. O falso policial, supondo que o ouvinte assumiria tal premissa, previu o sucesso da peça que pregou. Não previu, porém, que ele poderia processá-lo. Mas, de acordo com o que disse seu advogado, a culpa é mais da vítima do que do seu cliente. Portanto, nenhum crime se configuraria. O que se disse após a ordem não se compromete com o falante, a menos que se assuma o que a vítima assumiu, algo que, infelizmente, não se trata de qualquer premissa necessária e as pessoas podem simplesmente abusar disso para os mais diversos propósitos. Pior do que isso, pessoas podem

assumir falsas identidades e autoridades abusando da brecha que o PC abre e cometer crimes ainda mais graves, sem medo do julgamento, pois se pode falaciosamente atribuir a culpa à vítima e tornar o caso insolúvel (roubo, estelionato etc.)

É possível mostrar indiferença ao bem-estar físico/metálico de outrem através da falácia inspirada pelo PC. Suponha que há três amigos conversando e um deles inocentemente arrisca a integridade do corpo em uma determinada ação. Um outro pergunta ao que resta: “você acha (cogita) que ele pode se machucar fazendo isso?” Seu interlocutor então responde: “claro que ele não (cogito que não) vai se machucar”. O que perguntou então retruca: “então por que não faz você primeiro?” O interlocutor, então, completa: “eu cogitei que ele não vai se machucar. Óbvio que eu não faria isso”. Percebemos que bastou a ele responder que apenas cogita, pois tanto faz o que cogita, uma vez que não é sua saúde que está em jogo. Ou seja, ele não se comprometeu com o que disse e acabou com a expectativa daquele que o perguntou, a qual admitia que se ele preferiu prever que o amigo não iria se machucar, é porque ele arriscaria a si mesmo em tal ação perigosa. Definitivamente, uma amizade que precisa ser revista.

Por último, poderíamos mostrar como o PC também permite a utilização de certo recurso retórico, citando uma história famosa. Foi levada a Jesus Cristo uma mulher sob acusação de adultério. Havia o costume de apedrejar aqueles que cometessem esse tipo de crime, mas Jesus demonstrou misericórdia, quando desafiou aqueles que queriam puni-la, dizendo: “quem dentre vós não tiver pecado, atire a primeira pedra”. Estava claro para Jesus, porém, que todos tinham pecado e a força ilocucionária que está presente nesse proferimento (e que pode ser reescrito por “desafio vocês a atirarem...”, com o performativo explícito) não é de fato um desafio tradicional, pois não haveria possibilidades de existir desafiantes, revelando a certeza que Jesus tinha ao dizer o que disse, sendo retoricamente convincente. Não comprometemos Jesus de fato (e nem ele o faz) ao que disse após “desafio”, pois já era patente que nenhuma pedra poderia ser arremessada, deixando claro que o desafio, por si só, enquanto performativo, foi apenas um recurso poético em forma de sermão. Seria uma pena para a mulher, porém, se a imaculada Maria estivesse junto deles.

Para cada um desses casos, seria então possível aplicar a solução de Russell acima e tornar racional e compreensível a existência efetiva de um “performativo-constatativo”, não mais como um paradoxo acerca do qual não se pode falar, não se pode julgar, mas simplesmente como uma falsidade, uma má fé do falante, para que se possa, enfim, voltar à concepção cooperativa de que ele deve se comprometer com suas ações e evitar que suas falácias o abstenham de tal responsabilidade.

Conclusão

O intuito da falácia é moldar as concepções e convenções aceitas sobre uma determinada linguagem a fim de se obter resultados convenientes aos interesses de quem se propõe a tal atividade. Vimos que, seja voluntária ou involuntariamente, é possível compor um tipo específico de falácia que distorce a noção de comprometimento do falante com o que diz através da explicitude de um prefácio performativo. O ato de fala, se analisado sintaticamente, em vez de um ponto de vista semântico ou pragmático, revela que o proferimento pode se limitar a apenas ter o significado da efetividade de uma ação que se propôs a um dado efeito, mas que não necessariamente esteja ligado ao falante, só porque ele descreveu algo em seguida. Em um sentido estrito da sintaxe (e também da metafísica), não há relação de causa-efeito entre uma proposta de ação e o fenômeno que se segue ao redor do falante. Essa falácia é possível graças ao PC.

Foi defendido também que esse Problema, proposto por William Lycan após uma análise argumentativa da crítica de L. J. Cohen à pertinência da criação de um novo conceito cunhado por J. L. Austin chamado de força ilocucionária, explora as noções que Paul Grice apresentou como o Princípio Cooperativo, mostrando que a adesão ou não de suas máximas auxiliam à plausibilidade da efetividade desse impasse na dinâmica natural da conversação ordinária, fundamentando pragmaticamente a possibilidade do PC.

É precisamente esse caráter metafísico que inspira a solução que B. Russell deu ao Problema dos Inexistentes Aparentes. Uma vez que o comprometimento do significado de uma oração subordinada a um performativo é estabelecido e vinculado a este, cria-se uma contradição que é definida pelo fato de um mesmo enunciado ter características de um performativo e de um constatativo, isto é, que em um mesmo proferimento há tanto valores de verdade como de felicidade, supostos contrários, gerando, portanto, um desvio da constituição fundamental do ato de fala presente em sua definição, revelando como a semântica nos leva ao PC. Segundo Russell e Austin, como a linguagem não se manifesta apenas como uma descrição do mundo, mas também configura existência e fato, o paradoxo que surgia quando se tentava predicar uma denotação sem referência na realidade, quando no caso de dizer que há um atual rei na França e que ele é careca, também pode ser descrito em termos de um performativo que é constatativo e que está sendo predicado por tais e tais qualidades (ofensivo, louvável, etc.), já que também se trata de uma denotação sem referência na realidade, indicando que, por mais que pareça estranho, é possível à racionalidade, porque se trata de uma falsidade e não de um paradoxo, tanto o problema dos Inexistentes Aparentes quanto o Problema de Cohen são resolvidos.

A utilização de falácias sempre esteve presente nos mais diversos âmbitos do convívio humano, e a partir do esclarecimento de mais um tipo delas, devemos ser mais cautelosos durante uma conversação a fim de evitar sermos ludibriados, não permitindo que tirem proveito daqueles que desejam manter-se em cooperação comunicativa e que acreditam na construção de uma interação linguística saudável e produtiva.

Referências

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.

COHEN, L. J. Do Illocutionary Forces Exist? *Philosophical Quarterly* 14:118–37, 1964.

FREGE, G. (1892). Sobre o Sentido e a Referência. In: Alcoforado, Paulo (org. e trad.). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978

GRICE, H. P. Logic and Conversation. *William James Lectures*, delivered at Harvard University in 1967, and to be published by Harvard University Press. Copyright 1975 by II. Paul Grice.

HOBBS, T. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. (Os pensadores). 3. ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LYCAN, W. G. P. *Filosofia da Linguagem, a contemporary introduction*. Trad. Desidério Murcho. Loyola University of Chicago, 2ª Edição, 2008.

RUSSELL, B. *Da Denotação. Ensaio em “Lógica e Conhecimento”*, Col. Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1972.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação – Tomo I*. Tradução de Jair Barbosa. 1 ed. – São Paulo: UNESP, 2005.

_____. *38 estratégias para vencer qualquer debate: a arte de ter razão*. Faro Editorial, 2014.

SILVA, A. M. *A denotação na semântica de Russell entre 1903 e 1905*. Rio de Janeiro, 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Daniel do Nascimento. VERAS, Viviane. Da Teoria dos atos de fala à nova pragmática: os legados de John L. Austin e Kanavillil Rajagopalan. *Revista Delta*, 2016. Acessível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445077656250893236>

SOUZA, E. Classificação sistemática das “38 estratégias para vencer qualquer debate” de Arthur Schopenhauer. *Revista Opinião Filosófica*, 13, 1-11, 2022. <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v13.1027>

_____. A Filosofia por trás da piada: argumentos lógicos e linguísticos que fundamentam o que nos faz rir dela. *Em curso*, v. 6, 2019, ISSN 2359-5841 <https://doi.org/10.37038/006008>

_____. *Da Teoria dos atos de discurso e o Problema de Cohen*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21304/1/EuclidesBarbosaRamosDeSouza_Dissert.pdf

Recebido em: 03/03/2025.

Aprovado em: 10/06/2025.